

“UM LUGAR FORA DE LUGAR”: MULHER E DITADURA EM *QUARENTA DIAS* (2014) E *OUTROS CANTOS* (2016), DE MARIA VALÉRIA REZENDE

Caroline Peres Martins¹

RESUMO: Neste artigo, pretende-se investigar as narrativas *Quarenta dias* (2014) e *Outros cantos* (2016), ambas de Maria Valéria Rezende. Inicialmente, contextualiza-se a questão de gênero durante o regime militar no Brasil (1964-1985), a fim de situar a participação das mulheres nas organizações de oposição. Com isso, também se objetiva retirá-las da esfera de invisibilidade ainda presente, em alguma medida, nas narrativas oficiais e na própria representação literária acerca desse passado mal resolvido. Ademais, aponta-se que, mesmo depois de cinquenta e seis anos do golpe, a política continua sendo um espaço reservado aos homens. Nesse sentido, lança-se luz às narrativas de Rezende, nas quais se cede voz não somente para a mulher envolvida, diretamente, na militância, mas também à figura da esposa, que precisa lidar com as incertezas a respeito da morte do marido e com os traumas deixados pela violência do desaparecimento político.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Ditadura; Rezende.

RESUMEN: En este artículo tenemos la intención de investigar los siguientes escritos: *Quarenta dias* (2014) y *Outros cantos* (2016), ambos de María Valeria Rezende. Inicialmente, el tema de género se desarrolla durante el régimen militar en Brasil (1964-1985), con el fin de dar lugar a la participación de las mujeres en las organizaciones de oposición. Con esto, el objetivo es también eliminar la esfera de invisibilidad todavía presente, hasta cierto punto en los escritos oficiales y en la representación literaria sobre este pasado mal resuelto. Además, se señala que incluso después de cincuenta y seis años del golpe, la política sigue teniendo un espacio reservado para los hombres. En este sentido, arroja a la luz sobre las narrativas de Rezende, en las que se da voz, no solo a la mujer directamente involucrada en la milicia, sino también a la figura de la esposa que necesita lidiar con las incertidumbres respecto a la muerte de su esposo, además de lidiar con los traumas provocados por la violencia de la desaparición política.

PALABRAS CLAVE: Mujer; Dictadura; Rezende.

*Chora
A nossa pátria mãe gentil
Choram Marias e Clarices
No solo do Brasil
(João Bosco e Aldir Blanc)*

Introdução

Os corvos, aves consideradas símbolos de maus presságios, foram utilizados na comparação categórica feita pela escritora chilena Diamela Eltit: “As ditaduras ainda sobrevoam a América Latina como corvos”. Ainda em 2012, Eltit parecia prever a posterior desestabilização das frágeis democracias na América Latina, marcadas pelo passado autoritário do século XX. Diante dessa desestabilização e da eclosão de discursos saudosistas da ditadura

¹ Especialista em Língua Portuguesa, atualmente é professora do IFPR - Campus Avançado de Goioerê - e mestranda pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde foi bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, n° do processo: 2018/17192-3). E-mail: carolperes16@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7757204541779702>.

civil-militar no Brasil (1964-1985), bem como de atos favoráveis ao AI-5, um dos Atos Institucionais mais truculentos do regime, é urgente romper com a amnésia vigente na sociedade brasileira. Ao se voltar para esse passado mal resolvido, é imperativo recuperar a participação da mulher na resistência contra o governo militar, visto que ainda são segregadas, em alguma medida, do jogo de poder. E vítimas da violência sexual, de gênero e de discursos misóginos.

Neste sentido, a primeira seção do artigo contextualiza as questões de gênero, pertinentes à integração da mulher nos grupos combativos do governo ditatorial, ilustrando como eram rotuladas pela própria sociedade e submetidas a violências de cunho sexual nos porões de tortura. Nessa mesma seção, também se expõe o silêncio das ex-militantes, que assinaram poucas obras na onda de publicações pós-anistia. Por fim, ilustra-se que, depois de mais de cinquenta anos do golpe de 1964, as mulheres ainda não ocupam, com equidade, a política.

Por fim, na última seção, analisa-se duas obras: *Quarenta dias* (2014) e *Outros cantos* (2016), de Maria Valéria Rezende. E que seguem uma tendência das publicações contemporâneas posteriores aos anos 2000, de autoria feminina, nas quais a mulher adquire voz própria. Portanto, as narradoras desses livros compartilham as dores da militância, da violência – ainda que indireta, a qual assola os familiares de desaparecidos políticos e da própria condição da mulher, em uma sociedade machista, sexista e de raízes patriarcais.

“Nem santas nem putas”: gênero e ditadura

Em *O narrador*, o filósofo e crítico literário Walter Benjamin (1936/2004) investiga “a faculdade de cambiar experiências”, a qual se modifica consideravelmente com o retorno dos soldados – sobreviventes das trincheiras da Primeira Guerra. Pobres em experiência e emudecidos pelo trauma (BENJAMIN, 2004, p. 197), formaram “uma geração de homens que, mesmo tendo escapado às granadas, foram destruídos pela guerra” (REMARQUE, 2004, p.4).

O emudecimento traumático ocasionado pelo absurdo da experiência inassimilável também assolou as vítimas – e seus respectivos familiares – das ditaduras da metade do século XX na América Latina. Destaca-se que, além da sistematização da tortura, os governos militares instauraram a prática do desaparecimento.

Com relação a essa violência, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), em relatório publicado no final de 2014, reconhece oficialmente 434 mortos e desaparecidos durante o regime militar no Brasil (1964-1985). Dentre essas vítimas, 44 são mulheres.²

De acordo com a pesquisadora Maria da Conceição Fonseca-Silva (2012), é depois do golpe de Estado de 64 que a mulher se constituiu como indivíduo político. A partir de suas considerações, reitera:

Muitas mulheres, em sua maioria jovens de classe média e intelectualizadas, engajaram-se em movimentos e organizações clandestinas de esquerda e lutaram pela recuperação dos direitos civis e políticos, nas décadas de 60 e 70 até o início da década de 80. Além de lutar pela igualdade de direitos, as mulheres, ao lado dos homens que participavam dos movimentos e organizações clandestinas, lutavam também pela redemocratização do país, pela anistia aos presos políticos e por melhores condições de vida, sendo taxadas pelo regime como subversivas e terroristas. Na lista de nomes de mulheres figura ‘Dilma Rousseff’ (FONSECA-SILVA, 2012, p. 192).

Como levantado por Fonseca-Silva (2012), mulheres compuseram a luta, inclusive em grupos de guerrilha. Quanto a essa participação, o sociólogo Marcelo R. Ridenti (1990) traçou um levantamento estatístico, a partir de informações extraídas do *Projeto Brasil: nunca mais* – publicado em forma de livro e relatório. Ridenti (1990) conclui que, mesmo em menor número, as mulheres compunham tal movimento de oposição, fator essencial para o processo de libertação desses corpos políticos. Nesse estudo, o sociólogo aponta a média de 18% de mulheres integrantes de movimentos de luta armada e de 16% nas organizações também clandestinas de esquerda.

Para a historiada Ana Maria Colling (2015, p. 378), isso demonstra a audácia dessas mulheres, as quais ocuparam “o espaço público, político, masculino por excelência”. Por isso, sofreram com os rótulos postos, visto que passaram a ser entendidas como um “ser desviante”, somente por subverter o papel reservado a elas. Nessa lógica, também eram caracterizadas como “promíscuas” (COLLING, 2015, p. 378).

Isso revela a violência sexual e de gênero às quais eram submetidas. O livro *Brasil: nunca mais* (1987), fruto do projeto de nome homônimo, dedica uma seção à tortura em mulheres, onde se lê: “a repressão não fez distinção entre homens e mulheres. O que variou foi a forma de tortura” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p. 46). Na verdade, havia sim

² Cf. Menciona-se algumas: Ana Maria Nacinovic Côrrea (1947-1972); Ana Rosa Kucinski Silva (1942-1974); Iara Javelberg (1944-1971); Maria Auxiliadora Lara Barcelos (1945-1974) e Soledad Barret Viedma (1945-1973).

uma distinção, em virtude de questões sexistas e de gênero, atreladas à associação entre poder e violência.

Trata-se de um aspecto amplamente discutido na publicação do texto final da CNV, responsável por retomar a esquecida história da militância feminina, assim como do emprego de violações específicas a elas. Nesse material, pondera-se:

Inserida na lógica da tortura e estruturada na hierarquia de gênero e sexualidade, a violência sexual relatada por sobreviventes da ditadura militar constitui abuso de poder não apenas se considerarmos poder como a faculdade ou a possibilidade do agente estatal infligir sofrimento, mas também a permissão (explícita ou não) para fazê-lo. Foi assim que rotineiramente, nos espaços em que a tortura tornou-se um meio de exercício de poder e dominação total, a feminilidade e a masculinidade foram mobilizadas para perpetrar a violência, rompendo todos os limites da dignidade humana. Nesse espaço desempoderado, os perseguidos políticos tiveram seus corpos encaixados na condição de prisioneiras e prisioneiros. No exercício da violência, mulheres foram instaladas em loci de identidades femininas tidas como ilegítimas (prostituta, adúltera, esposa desviante de seu papel, mãe desvirtuada etc.), ao mesmo tempo que foram tratadas a partir de categorias construídas como masculinas: força e resistência físicas (BRASIL, 2014, p. 402).

Ainda de acordo com o relatório, esses agentes eram “treinados para agir com brutalidade”, o que é evidente ao ouvir o testemunho das vítimas (BRASIL, 2014, p. 404). De tal modo,

[...] Nas narrativas das mulheres, por exemplo, aparecem sistematicamente relatos de humilhações, maus-tratos e torturas sofridas, acompanhados de referências explícitas ao fato de que haviam se afastado de seus “lugares de esposa e mãe” e ousado participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino (BRASIL, 2014, p. 404).

A “capacidade de procriar”, conforme cita a CNV de 2014, não isentava as mulheres da lógica da violência. Gestantes sofreram abortos em decorrência da tortura empregada nos subsolos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna); e mulheres pariram seus filhos enquanto estavam presas, o que confirma a consideração de que “razões de Estado predominavam sobre o direito à vida” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p.46).

Nota-se, então, que os militares visavam à desqualificação desse sujeito político:

[...] como apêndice dos homens, incapaz de decisão política. Para a repressão, a mulher não tem capacidade de decidir por sua entrada no mundo político; quando ela aparece é porque foi colocada por um homem. A sua filiação a partidos políticos de esquerda não assume importância política; é necessário sempre identificar quem é seu marido, seu pai ou seu amante [...] O discurso

da repressão não é um discurso isolado. O mesmo está presente na sociedade; a repressão somente o recolhe e o sistematiza, na tentativa de desmerecê-la e desqualificá-la como sujeito político. A mulher que ousou invadir o espaço público não é bem vista (COLLING, 2015, p. 380).

À vista disso, segundo Colling (2015, p. 376), “as mulheres tinham que lutar contra o inimigo externo – os militares –, e com o interno – as organizações de esquerda”. Para a repressão, a mulher subversiva era considerada uma “puta comunista” ou “homossexual”, já que ocupava um espaço não autorizado, ainda mais para uma mulher (COLLING, 2015). Enquanto nos grupos de resistência, segundo a filósofa e teórica Simone de Beauvoir (1975),

[...] muchas mujeres comenzaron a trabajar en los grupos de izquierda. Y se dieron cuenta de que incluso entre sus camaradas, políticamente en el mismo plano que ellas, eran tratadas siempre como mujeres, que era el hombre el que hacía el discurso y la mujer la que lo tecleaba, era el hombre el que discutía con sus camaradas y ella la que preparaba el café ³(BEAUVOIR, 1975, p. 8).

Como dito, o discurso patriarcal não era somente reproduzido pelos militares, já sendo vigente na sociedade como um todo, até mesmo nos grupos de esquerda. Espaços nos quais não se oportunizava as discussões sobre as naturalizadas relações de poder postas entre os sexos. Por isso, dificilmente uma mulher ocupava o posto de direção (COLLING, 2015; FONSECA-SILVA, 2012).

Desse modo, como através dos tempos, a mulher é apagada das narrativas oficiais, o que faz da “história da repressão durante a ditadura militar” e da “oposição a ela [...] uma história masculina” (COLLING, 2015, p. 378). Todavia, ao desafiarem os papéis comumente colocados sobre si, essas mulheres demonstraram que não acatariam os modelos oferecidos pelo patriarcado: o de santas ou putas.⁴

Essa história majoritariamente masculina foi bastante tematizada na produção literária, sobretudo após a edição da anistia, em 1979, momento em que se localiza uma onda de edições a respeito da truculência empregada pelas Forças Armadas. Apesar da importância dessas narrativas, salienta-se que há quase uma ausência de obras assinadas por escritoras – cuja temática da violência ditatorial era retratada como cenário principal. Das edições situadas entre 1973 e 1980, apenas quatro são de autoria feminina, a saber: *As meninas* (1973), de Lygia

³ “Muitas mulheres começaram a trabalhar nos grupos de esquerda. E se deram conta de que, inclusive entre seus companheiros, politicamente no mesmo plano que elas, eram tratadas sempre como mulheres, era o homem que fazia o discurso e a mulher que datilografava, era o homem que discutia com seus companheiros e ela que preparava o café”. Tradução nossa.

⁴ Cf. MEMÓRIAS DA DITADURA. *Nem santa nem puta*. CNV e as mulheres [online]. [S.l], [s.d]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/sobre-o-projeto/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

Fagundes Telles; *Tropical sol da liberdade* (1988), de Ana Maria Machado; *Querida família* (1978) e *Querida liberdade* (1980), ambas de Flávia Inês Schilling.

A partir disso, é possível perceber que, nesse período, não se rompeu com a tradição canônica de representar a mulher pela ótica masculina. Em obras como *Em câmera lenta* (1977), de Renato Tapajós; *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira, e *Os carbonários* (1980), de Alfredo Sirkis, ainda que seja lembrada pelos ex-companheiros, a mulher militante não assume voz própria em tais publicações, como se fosse mera coadjuvante da história.

Com a virada do século, escritoras decidiram assumir o dever de narrar o passado recente, a fim de lidar com os traumas históricos e instaurar uma memória coletiva acerca das violações de direitos humanos, impunes, executadas pelos agentes de Estado. Tem-se, como exemplo, o lançamento de *Não falei* (2004), de Beatriz Bracher; *Azul corvo* (2010), de Adriana Lisboa; *Eduardo Leite Bacuri* (2011), de Vanessa Gonçalves; *Mar azul* (2012), de Paloma Vidal e *Um gosto amargo da bala* (2013), de Vera Gertel.

Embora tenham ocorrido avanços ao longo do tempo no Brasil, o campo político permanece dominado por homens. Cenário que parecia se modificar, finalmente, com a eleição da ex-presidenta Dilma Rousseff, como analisa Fonseca-Silva:

Dilma Rousseff, depois de ter sido presa, torturada e taxada pelo regime militar como subversiva e terrorista, tornou-se a primeira mulher a ocupar a função de Ministro das Minas e Energia, em 2003, a função de Chefe da Casa Civil (equivalente ao cargo de primeiro-ministro), em 2005, e a primeira presidente do Brasil, em 2010 (FONSECA-SILVA, 2012, p. 193).

Além de ser a primeira mulher a ocupar o cargo no país, Dilma Rousseff havia sido militante do Colina – Comando de Libertação Nacional – e da VPR, Vanguarda Popular Revolucionária. Enquanto atuou nessas organizações, utilizou diferentes codinomes, por exemplo, Luiza e Wanda (FONSECA-SILVA, 2012).

Frente à sua eleição, o esquecimento institucionalizado pelo Estado depois da anistia, responsável por dificultar a punição dos algozes e a localização dos corpos dos desaparecidos forçados, parecia quase se romper diante da eleição de uma ex-guerrilheira. Contudo, a ex-presidente sofreu um processo de impeachment, julgado por um senado de maioria masculina. Todo o processo foi marcado por discursos misóginos, manifestados não somente no Congresso Nacional, mas nas ruas brasileiras. Essa deposição remete a outra mulher, a qual marcou a história:

No dia 5 de abril de 1928, *Alzira Soriano* foi eleita prefeita de Lajes, tornando-se a primeira mulher no Brasil escolhida pelo voto para ocupar um cargo

eletivo, na esfera do poder executivo; mas a Comissão de Poderes do Senado impediu que ela concluísse o mandato e anulou todos os votos das mulheres alistadas no Estado (FONSECA-SILVA, 2012, p. 189, *itálico no original*).

Separadas por um século, essas mulheres ousaram desafiar o poder patriarcal e o espaço político dominado por homens; porém, não puderam concluir seus mandatos por terem sido vítimas de golpes de gênero. Além dessas mulheres, por fim, cita-se Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco. A mulher negra e nascida na Maré, socióloga e militante dos direitos humanos, também não pôde concluir seu mandato como vereadora do Rio de Janeiro, por ter sido brutalmente assassinada.

Memória, violência ditatorial e espaços de poder na escrita de Maria Valéria Rezende

A publicação do relatório da CNV, já mencionada, a qual acontece de forma concomitante ao marco dos cinquenta anos do golpe militar, impulsionou um novo salto de publicações nas quais se tematizava o regime militar. Esses lançamentos são constatados no decorrer de 2014 e nos anos posteriores (Cf. FIGUEIREDO, 2017).

Com base na sondagem realizada pela crítica literária Eurídice Figueiredo (2017), observou-se que cinco livros editados, depois dos 50 anos do golpe, são de autoria feminina. São eles: *Tempos extremos* (2014), de Míriam Leitão; *Antes do passado* (2014), de Liliane Haag Brum; *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla; *Outros cantos* (2016), de Maria Valéria Rezende, e *Cabo de guerra* (2016), de Ivone Benedetti. Números mais expressivos dos que constatados no período pós-79.

Salienta-se, nesse panorama, a produção literária de Maria Valéria Rezende, cujas narrativas traduzem o anseio de presentificar o passado, a partir do tom memorialista das personagens. Sobretudo em *Quarenta dias* (2014) e *Outros cantos* (2016), obras nas quais o cenário principal dá destaque aos estratos sociais geralmente segregados: mulheres; nordestinos e idosos.

A escritora, freira e feminista, é uma ex-militante da JUC (Juventude Universitária Católica), que, assim como outros companheiros, experimentou o desterro de abandonar o país - exilando-se na Europa, América Latina e no sul da África. Pedagoga por formação, mudou-se para o Nordeste no começo da década de setenta, almejava despertar em seus alunos a criticidade, aos moldes do que indicava o educador Paulo Freire (FIGUEIREDO, 2017).

A trajetória da autora conduz a uma “incidência do autobiográfico na ficção e torna híbridas fronteiras entre o real e o ficcional”, de forma a criar um “entre-lugar indecidível” (AZEVEDO, 2008, p. 39), apresentado nas duas obras analisadas no artigo, especialmente, em *Outros cantos* (2016).

Esse “entre-lugar” insurge na personagem Alice, protagonista de *Quarenta dias* (2014). Alice é uma professora paraibana forçada a deixar sua terra natal, João Pessoa, para se estabelecer em Porto Alegre. Isso ocorre diante da sua promoção, dada pela filha, ao posto de “velha avó, mesmo sem netos” (REZENDE, 2014, p. 37). Nessa obra, Rezende rompe com os paradigmas de representação convencionais da mulher, como se vê nas tradições literárias e concede voz para uma mulher idosa, vista pela sociedade como inapta para o exercício produtivo e, portanto, relegada ao desejo de outrem.

A personagem relata sua história em uma espécie de diário, num caderno antigo da *Barbie*. Essas anotações parecem retirá-la do limbo colocado pela filha e pelo genro, personagens alegóricos às imposições feitas aos idosos pela sociedade. Ademais, por meio das andanças da personagem, Rezende focaliza os invisíveis do cotidiano: os pobres e os indivíduos na condição de rua, sujeitos que se conectam à Alice. Essa ligação se dá, justamente, porque são essas pessoas que afastam a narradora do duplo: velhice/solidão.

Tais considerações propiciam observar que a narração é sublinhada por um processo de exclusão da personagem, em virtude de seu gênero e idade. Seu relato impossível só ocorre por meio do caderno da *Barbie*, no qual ela encontra o conforto necessário para contar suas vontades silenciadas, as quais são entendidas como insignificantes pela própria família, que usa da rotina atarefada para se justificar.

Esse objeto inanimado se torna passível de identificação, porque a *Barbie* – símbolo da juventude, vitalidade e do padrão de beleza – produto do capitalismo, ao ser marcada pelo amarelado nas folhas, próprio da idade, perde seu posto e utilidade. Por sua condição, também relegada à vontade de outras pessoas, permanece esquecida em “velhas caixas de brinquedos, ou... já ia dizer sótãos e porões, mas isso não existe mais” (REZENDE, 2014, p. 89).

Mesmo que diante da “solidariedade silenciosa” da interlocutora, a narradora-protagonista não deixa de indagá-la: “Diga-me, Barbie, você que nasceu para ser vestida e despida, manipulada, sentada, levantada, deitada e abandonada à vontade pelos outros, você é feliz assim?, você não tem vergonha?, eu tenho vergonha de ter cedido” (REZENDE, 2014, p. 28-29). Nesse trecho, além de registrar seu descontentamento frente à situação imposta pela

filha, Rezende utiliza da condição desta personagem-ouvinte para problematizar os papéis sociais postos às mulheres ao longo de sua vida. Mulheres que, posteriormente, são colocadas à margem pela sociedade patriarcal – regida pela lógica do capital.

De forma fragmentada, a truculência do Estado e seus mecanismos repressivos são situados pela memorialista: “ele sumido nas suas atividades que nem eu podia saber, Pra não pôr em perigo você mesma e a menina, e ele sumindo de vez, desaparecido, morto?” (REZENDE, 2014, p. 16).

No trecho anterior, a personagem recorda a incerteza relacionada ao desaparecimento de Antenor, seu marido, envolvido em práticas nebulosas, consideradas de subversão. Sua participação na militância, como cita Alice, era ocultada até dela, para que ela e a filha do casal não fossem colocadas em risco. Condição bastante comum para as esposas “reais” de desaparecidos políticos, que não sabiam se eram realmente viúvas e não tinham dimensão do grau de envolvimento dos seus companheiros na militância. Como é o caso de Eunice Paiva, casada com o ex-deputado e desaparecido político Rubens Paiva, mesmo que não possuísse informações sobre a participação do de R. Paiva, Eunice e uma de suas filhas foram presas.

A respeito do desaparecimento de Antenor, a narradora afirma:

Apesar da tragédia do desaparecimento de Aldenor, das minhas noites em claro, do aperreio com as notícias, sempre truncadas pelos chiados do rádio em ondas curtas, sobre sequestros, torturas, execuções, desaparecimentos, dos pesadelos com gente ferida sangrando até a morte no meio de alguma selva, cuidei mais do que tudo pra que minha filha recebesse muito carinho, amor incondicional, mas sem mimos e complacência, havia de ser forte, reta e generosa como o pai, e confiei no meu exemplo, que eu achava natural, de cordialidade e delicadeza pra com os outros (REZENDE, 2014, p. 23).

Além de situar as práticas institucionalizadas pelo poder militar, Alice cita as marcas deixadas por esses rastros de violência, a ausência do ente querido e de informações acerca de seu paradeiro. E, ainda, o trauma latente, o qual se repete em pesadelos. As feridas traumáticas de Alice, segundo a própria narradora, auxiliaram a filha a estruturar a argumentação a qual convenceria a personagem a se mudar para Porto Alegre, mesmo que contrariada:

Foi pelas cicatrizes que ela me pegou e não largou mais, chantageando: por minha culpa ela tinha crescido praticamente sozinha, eu me ausentava, só pensando em trabalhar pra esquecer a tragédia da minha juventude, ela não tinha culpa de nada, fui eu que nem tive coragem de recomeçar a vida, de lhe dar um novo pai, que ela, a bem-dizer, nunca teve nenhum, não lhe dei irmãos (REZENDE, 2014, p. 21).

É possível verificar que, na tentativa de “superar” o evento traumático e de sustentar a filha, sozinha, a personagem dedicou-se exclusivamente ao trabalho. Essa “fuga” pelo trabalho cria um distanciamento entre as personagens (mãe e filha) e impõe um silêncio quanto a um desaparecimento, cujo luto é inacabado.

No mesmo capítulo dedicado às violações sexual e de gênero, a CNV aborda a violência empreendida contra as crianças. Para a Comissão,

[...] as violações aos direitos de crianças e adolescentes, atingidos pela incidência da repressão sobre suas unidades familiares, que os separou de seus pais ou os levou a enfrentar situações econômicas e sociais adversas, em consequência da perseguição política, e marcou de forma indelével suas vidas, inclusive com a transmissão intergeracional dos traumas do horror experimentado (BRASIL, 2014, p. 401).

Esse era o caso de Norinha, filha da personagem Alice. Apesar de se tratar de personagens ficcionais, sabe-se que crianças e adolescentes foram atingidos por essa incidência autoritária sobre seus familiares, sofriam com a falta do ente querido e atravessaram dificuldades socioeconômicas (BRASIL, 2014). Remete-se, de novo, à família Paiva: Eunice Paiva se viu sozinha com cinco filhos pequenos depois do desaparecimento do marido, como conta o filho em *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015).

Por fim, Rezende ainda cumpre com o dever de memória com os nordestinos migrantes. Na narrativa, Alice conhece muitos migrantes do Nordeste, e é por meio desses encontros, em especial com os sertanejos trabalhadores da construção civil, que ela, nostálgica, reconforta-se ouvindo o sotaque de seu povo. Assim como em *Quarenta dias* (2014), *Outros cantos* (2016) situa-se sob a necessidade de resgatar o processo histórico e os minorizados, com base nas experiências da própria escritora.

Maria, personagem de nome homônimo ao da literata, enuncia sua história oscilando tempos diferentes – presente e passado. No presente, a personagem está dentro de um ônibus, para “mais uma vez” cruzar “um sertão, qualquer sertão” (REZENDE, 2016, p. 9). É durante a viagem que surgem as reminiscências da narradora, responsáveis por conduzi-la ao passado de quarenta anos atrás, quando se mudou para a cidade fictícia de Olho d’Água. É nessa cidade que Maria é conduzida a um exílio dentro do seu próprio país:

[...] decidi tomar o caminho de volta para minha terra e entranhar-me no sertão, escolhendo o exílio para dentro, depois de atravessar todos os lugares para onde afluíam os que precisavam e os que não precisavam fugir, sem desejar permanecer em nenhum deles, pretendi tudo saber de antemão, o que já aconteceu e o ainda por vir, lendo tudo o que a literatura me ofereciam. Mergulhar mais funda na terra e abrir os olhos sob a superfície, porém,

permitia ver uma vida miúda, insuspeitável, que não chegava à tona nos livros, obrigando-me a perguntar tudo a todos (REZENDE, 2016, p. 18).

As colocações da personagem imbricam-se com as de Maria Valéria Rezende, sendo que a escritora se exila e decide voltar ao Brasil ainda no começo da década de 70, mudando-se para o Nordeste. Logo no início do livro, o passado de militância da narradora (que também se confunde com o da escritora) é apresentado:

[...] somente Maria, um dos nomes que certamente me pertenciam [...] o nome que declarei ao chegar, nem sei mais a quem, para servir-me como senha, fazer-me uma entre todas as outras Marias do lugar onde eu devia esconder-me, tornar-me como um peixe dentro d'água, preparar o terreno para quem viesse depois de mim (REZENDE, 2016, p. 16).

Não somente na passagem anterior, mas no decorrer de toda a obra, a atuação de resistência de Maria é exposta de forma contida, são poucos os signos que revelam o engajamento da personagem com a oposição. Como no fragmento anterior, por exemplo, sua participação é indicada ao se inferir que Maria utilizava codinomes e aguardaria a chegada de outros membros de sua organização.

O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), programa criado pelos militares, era o pretexto usado por Maria para se mudar para Olho d'água. Pautada no método Paulo Freire, a professora lecionaria estimulando o senso crítico dos moradores, para que eles fossem capazes de identificar a opressão à qual eram submetidos e, assim, insurgirem-se contra o próprio regime militar.

A militante, mesmo que estabelecida e envolvida com os moradores da cidade, bem como os costumes locais, afligia-se com o pretexto o qual justificava sua permanência:

O vereador não dava sinal. O trabalho que tinha sido oferecido era de manter uma turma do Mobral. Até então, porém, nem contrato, nem material ou local de trabalho e, pior, nem a modestíssima ajuda de custo prometida. O pretexto para minha presença naquele lugar começa a perder consistência, o que não parecia ser um problema para o povo, eu já era parte deles, quase natural. Mas havia o Dono, seus prepostos e sabe Deus quem mais por trás deles, a indagar, talvez, quem era e o que viera ali fazer aquela mulher assim tão diferente e solta no mundo (REZENDE, 2016, p. 104).

Diante dos riscos e da incomunicabilidade, Maria precisava se ajustar os imprevistos sozinha e, em tal passo,

[...] criar as condições para a vinda dos outros. [...] preparar pacientemente a vinda dos demais para fermentar, por longo tempo, a consciência, a organização, a longa luta, verdadeiramente popular, de baixo para cima,

alastrando-se pouco a pouco por todo o país e o continente, contra todas as formas de opressão (REZENDE, 2016, p. 105).

Enquanto indagava-se acerca das suas possibilidades e do compromisso assumido junto aos participantes da organização, a narradora, pensativa, não se esquecia dos que defendiam a revolução por via armada e “iam sendo dolorosamente dizimados” (REZENDE, 2016, p. 105). As questões levantadas no desabafo, rememorado por Maria durante a viagem, revelam as dificuldades da militância, para além do plano teórico. Em virtude da impossibilidade de trabalhar e, conseqüentemente, de prosseguir com os planos de sua organização, Maria se engaja na cidade por meio dos fortes laços que estabelece com Fátima.

O contexto marginalizado de Fátima, graças a sua condição de mulher e nordestina, é o que a torna batalhadora, de forma a evidenciar que “a sertaneja é, antes de tudo, uma forte” – parodiando Euclides da Cunha. A intenção da autora, portanto, era realçar a presença de mulheres, as quais contornavam os papéis impostos pelo patriarcalismo.

Quanto a isso, observa-se que essas duas personagens - Fátima e Maria – “rompem” com as imposições do pensamento patriarcal, por conta de eventos exteriores. No caso de Fátima, ela é abandonada pelo marido, com filhos pequenos:

Havia cinco anos, o marido, Tião, se fora embora, buscar dinheiro onde havia. Na agricultura, ali, mais nenhuma esperança. Ele tinha tentado. Era o que restava para quem não tinha tear nem gado. [...] Ela, Fátima, ficou seca, quem sabe se viúva. Por um tempo incontável. Mulher sem tear e sem homem, assumiu trabalho de macho, tingindo fio no lugar de um ou outro impedido por doença, luto, viagem ou devoção. [...] Mais pobre que todos, Fátima. O marido não lhe mandava nem tostão do que ganhava, era tudo para o tear, nem notícias, analfabeto (REZENDE, 2016, p. 35-36).

Esse acontecimento leva-a a ultrapassar o rol da casa, para se tornar a responsável pelo sustendo dos filhos. Ocupava, à vista disso, “Um lugar fora de lugar”, a “única mulher a remexer uma caldeira de tinta, entre os homens mudos” (REZENDE, 2016, p. 24). Esse espaço de trabalho, tipicamente masculino, passa a ser dividido entre Fátima e Maria (sem aparato para iniciar suas “aulas”):

[...] seríamos duas a receber no rosto o vapor ardente subindo da tina, a tingir o fio como um homem, os braços dela fortes como os deles, os meus, por certo mais jovens, incapazes de mover o peso das meadas no mesmo ritmo, quase inúteis para sustentar longamente o esforço que só a vergonha de me fazer desistir me fazia aguentar. (...) Deus do céu! Já não posso mais, já não respiro, já não enxergo nada, ajuda-me, meu Deus! O calor, o peso, a vergonha, a humilhação. Salvaram-me as mãos de Fátima [...] (REZENDE, 2016, p. 24).

A cumplicidade entre mulheres guia todo o processo narrativo, visto que os homens são figuras pouco evidenciadas (FIGUEIREDO, 2017). Dentre a materialidade da aridez sertaneja, caracterizada pela necessidade, abandonos e violência de gênero, Maria indaga-se acerca da utopia da luta. A lucidez da memorialista ilustra a incerteza e a impotência dos jovens militantes, frente ao aparato repressivo do regime militar: “[...] onde estariam os outros? Vivos? Desaparecidos? Desanimados, apanhados pelos olhos perscrutadores da ditadura. Torturados, resistindo ou não?” (REZENDE, 2016, p. 106).

Quando, finalmente, pôde começar a lecionar, percebeu que a realidade concreta impunha outros obstáculos. Como rememora a narradora no trecho a seguir:

[...] Minhas tentativas de conscientizá-los, como propunha o mestre educador, porém, esbarravam-se sempre na doutrina que lhes tinham destilado por séculos, “A vida é assim mesmo, o que Deus fez a gente tem que aceitar, Ele sabe por que a gente nasceu pobre para viver pobre até chegar no céu”. Já se falava em eleição, e tentei fazê-los refletir e questionar as práticas políticas, conforme minha cartilha de educadora revolucionária. “Quem é o candidato a prefeito? Já o conheceram?” Claro que sim, filho e neto de prefeitos, era o candidato pela segunda vez. “Lembram quem foi que ele nomeou, da primeira vez, para os cargos importantes da prefeitura?” Claro, como eu previa, mulher, sogro, a filha, o cunhado, o afilhado... “E vocês acham que isso está certo?” Certíssimo, achavam todos, as cabeças convictas, pois “se ele não ajudar nem a família dele, a quem mais vai ajudar?”. Eu esmorecia, levava dias abanando afanosamente minhas esperanças para reviver-lhes as brasas, e continuava (REZENDE, 2016, p. 143).

Os percalços da educadora revolucionária a incitavam a buscar outros métodos, não convencionais, com o intuito de promover um ensino mais reflexivo. Recorria, então, à Bíblia, na tentativa de desmanchar a noção de “conformidade com a exploração e a injustiça em nome da cruel aceitação de uma suposta vontade de Deus” (REZENDE, 2016, p. 144). Nesse processo, Maria já planejava avisar os companheiros, por meio de códigos estabelecidos pelo grupo, que a espera seria demorada, porque “as mudanças eram muito mais lentas que nos sonhos” (REZENDE, 2016, p. 144).

O dia ansiosamente esperado por Maria, e seus companheiros, não chegou. Diante dos rumores da possível chegada das Forças Armadas, “procurando gente estranha... os moços que queriam fazer cooperativa nas terras de Ciríaco...mo barbudo, Tonho, os cabras acharam, no meio da caatinga, baleado, já morto, ele e o cavalo” (REZENDE, 2016, p. 145). E os moradores afeiçoados à Maria, os quais pareciam tão alienados, são os que batem à sua porta pedindo para que ela fuja.

Considerações finais

Transcorridos cinquenta e seis anos do golpe militar de 1964 é preciso recusar o esquecimento quanto a esse período da história, principalmente, em relação à participação da mulher na resistência ao regime. Ao se lançar luz a esse passado, discute-se a constituição de corpos políticos, os quais não subvertiam somente o governo vigente, mas também os papéis socialmente reservados às mulheres. Por essa razão, nos porões de tortura, eram submetidas a sevícias específicas – de cunho sexual e de gênero. Ao protagonizar a mulher na literatura e discutir questões de gênero atreladas à política, a escritora reivindica o espaço político da mulher não somente do passado autoritário, mas também no presente.

À vista disso, notabiliza-se a importância do dever narrativo assumido por Maria Valéria Rezende nas duas obras examinadas, dado que a autora recupera o ambiente repressivo e concede destaque à mulher nessa luta. Inclusive daquele que não integravam os partidos de esquerda, mas foram vítimas da violência indireta, por serem mães, mulheres ou filhas, de desaparecidos políticos. Nesse percurso, a mulher idosa, geralmente colocada num limbo pela sociedade capitalista, também é destacada, assim como outros marginalizados.

Assim, escrutinar esse passado possibilita inscrever essa truculência na memória coletiva do país, a fim de se cobrar justiça não só pelas mortes, mas também pelas graves violações de direitos humanos, que continuam a se repetir no Brasil democrático.

REFERÊNCIAS

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- AZEVEDO, Luciene Almeida de. Autoficção e literatura contemporânea. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.12, p. 31-49.
- BEAUVOIR, Simone de. Simone de Beauvoir: *Por qué soy feminista*. [Entrevista televisiva concedida a] Jean Louis Servan Schreiber. Tradução de Gabriel Méndez-Nicolas e Amanda Andrades.
- BENJAMIN, Walter. (1936). O narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, v.1).
- BOSCO, João; BLANC, Aldir. O bêbado e o equilibrista. Intérprete: Elis Regina. *Essa mulher*. [Rio de Janeiro], WEA, 1979. 1 LP (ca. 33:56s). Faixa 2 (3:43s).
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v.1). Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *Opsis*, Catalão, v. 15, n.2, p. 370-383, 19 dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Memória, mulher e política: do governo das capitâneas à presidência da república, rompendo barreiras. IN: TASSO, I.; NAVARRO, P. (Orgs.). *Produções de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivos* [online]. Maringá: Eduem, 2012, p.183-208. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hzj5q/pdf/tasso-9788576285830-09.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front*. Tradução de Helen Rumjanek. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2004.

REZENDE, Maria Valéria. *Outros cantos*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

REZENDE, Maria Valéria. *Quarenta dias* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-quarenta-dias-maria-valeria-rezende-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.2, n.2, p.113-128, 1900. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806>. Acesso em: 25 nov. 2019.

Artigo recebido em março de 2020.

Artigo aceito em abril de 2020.